

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 As ciências humanas e a produção criativa humana [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-208-1

DOI 10.22533/at.ed.081192903

1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social.
I.Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Considerando a relevância que vem sendo dada a criatividade no contexto social contemporâneo, analisar as produções científicas brasileiras sobre a criatividade na educação. A Criatividade, um fenômeno tão caprichoso e flexível de complexa definição.

Os desafios que surgem diariamente em nossa sociedade, nos requerem a capacidade de apresentarmos soluções a nossos problemas de maneira inteligente e criativa, portanto, é esta criatividade que nos direciona cada vez mais a novidade, seja através de um novo conceito, uma inovação, ou descoberta de uma nova realidade. Há quem pense que a criatividade é um talento nato, privilegio de algumas pessoas, no entanto todos nascemos com potenciais de criatividade, porém seu desenvolvimento requer uma constante utilização. O ideal seria se todos nós tivéssemos o potencial criativo estimulado em todas as fases de nossa vida, em todos os ambientes aos quais nos relacionamos. No entanto, a realidade nos apresenta situações, vivências e experiências diferentes, devido ao contexto social, histórico e cultural nos quais estamos inseridos. O ambiente familiar e escolar, recebe uma atenção especial, por ser os locais essenciais ao estímulo da criatividade, entretanto esse potencial as vezes é deixado de lado no ambiente escolar, uma vez que o mais importante neste ambiente é ser aprovado. Na realidade do ensino no Brasil e do próprio estudante que, por diversos fatores, como por exemplo o próprio meio escolar, familiar, social, histórico e cultural, dificultam seu desenvolvimento criativo, limitando seus projetos aos mais usuais. Apesar da criatividade ter sido amplamente pesquisada e estudada, tanto no campo da filosofia, quanto nos campos da psicologia e pedagogia, ciências humanas ou humanidades são conhecimentos criteriosamente organizados da produção criativa humana, estudada por disciplinas como filosofia, história, direito, antropologia cultural, ciência da religião, arqueologia, teoria da arte, cinema, administração, dança, teoria musical, design, literatura, letras apresentando várias contribuições em seus estudos, acreditamos que a produção científica criativa por estudantes e sociedade de modo geral é em sua maioria escassa, talvez por falta de recursos e até mesmo da própria criatividade das partes envolvidas. Nesta perspectiva, acreditamos que o desenvolvimento do potencial criativo no ambiente escolar, partindo da premissa de que a criatividade possibilita a motivação do estudante no processo de ensino-aprendizagem, torna-se possível assegurar que a partir da criatividade os alunos possam assumir um papel ativo neste processo, criando, decidindo e não apenas aceitando passivamente o que lhe é imposto pelo docente e ambiente educacional. A educação precisa ser vista como uma possibilidade de liberdade e criação, libertando o educando de ideias convencionais. O professor ao ensinar deve possibilitar um despertar a curiosidade do discente, capaz de conduzir o espírito investigativo, direcionando os alunos a exploração do conhecimento. Considerando que a criticidade tem certa relação com à criatividade, sendo que onde há criatividade, há criticidade,

logo, a partir da criatividade, poderemos possibilitar também o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo, comportamento que consideramos importante para o desenvolvimento de uma sociedade. Nosso trabalho aqui é mostrar que é possível compreendermos um pouco mais sobre a criatividade e sua relação com o processo de ensino aprendizagem, de maneira a possibilitar uma reflexão sobre nossas práticas educacionais, e verificarmos se estamos desenvolvendo ou reprimindo a criatividade em sala de aula, nos espaços educacionais e socioculturais. Neste esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a complexidade. Considerando a relevância que a criatividade possui para o desenvolvimento de uma sociedade, a qual, é capaz de estimular o pensamento crítico-reflexivo, é necessário compreender como estão sendo desenvolvidas as pesquisas sobre criatividade na educação brasileira e quais os aspectos sobre a criatividade estão sendo focados? Nesse esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a superficialidade do conhecer e a profundidade do saber. A produção da ciência não se resume ao sonho, mas ela está associada a uma real preocupação com a melhoria da vida das pessoas e ela só pode ser obtida pela criatividade, pela inovação e em todas as áreas do conhecimento. Diante das mudanças do mundo estamos diante de grandes desafios, de novas descobertas, talentos e inovações.

No artigo **A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO**, o autor **JOSÉ ORLANDO SCHÄFER** buscar refletir sobre o momento histórico no homem e na formação cultural de cada sociedade e justificá-los a partir das suas origens, isto é, a partir da piedade, da família, da vida, da sociedade, da razão e do desejo/amor. No artigo as **ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS** as autoras Laiane Caroline Ortega, Lílian Mara Alves Garcia, Regina Maria de Souza, analisam as alterações realizadas no Código Penal (Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940) em seu artigo 121 e na lei 8.072 de 25 de julho de 1990, a Lei de Crimes Hediondos por meio da criação da Lei 13.104 (Lei do Femicídio) de 09 de março de 2015. No artigo **A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO**, o autor Ivan de Freitas Vasconcelos Junior, buscar mostrar a trajetória histórica das mulheres no Exército Brasileiro e elencar as dificuldades enfrentadas para a consolidação da igualdade de gênero dentro da instituição. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições de autores como Almeida (2015), Loiola (2009), Mathias (2005). No artigo **A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS**, os autores Léia Adriana da Silva Santiago, Marco Antônio de Carvalho Sangelita Miranda Franco Mariano, Nathiele Cristine Cunha Silva os discorrem sobre as propostas do SEM para o ensino de história e posteriormente, apresentar os dados coletados de um questionário aplicado aos alunos do ensino fundamental, de duas escolas públicas municipais da cidade de Morrinhos, no estado de Goiás, durante o ano de 2014, que intencionou

verificar o conhecimento que estes têm a respeito da História da América Latina e se este conhecimento tem possibilitado a construção de uma consciência da integração regional e da identidade latino-americana. No artigo **ALINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE**, a autora Lariane Londero Weber buscou trazer a centralidade da análise de discurso que circula na mídia, para analisar um episódio político que obteve grande repercussão no primeiro semestre de 2017: o primeiro embate direto entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o juiz federal Sergio Moro, responsável pela condução da Operação Lava Jato. Como objetivo, pretende-se investigar a orientação discursiva da mídia nacional, que ocupa um lugar central nas relações entre os campos sociais e políticos, em abordar diversos temas através de abordagens enunciativas direcionadas ao contexto político e econômico atual. No artigo **ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS**, a autora "LUANA OLIVEIRA DE OLIVEIRA buscou relatar uma experiência desenvolvida com alunos do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pelotas, matriculados na disciplina de Matemática Discreta A, no período 2016/2. No artigo **Educação para as Relações Étnico –Raciais : Conhecimento e Prática Docente** os autores Alessandro da Silva Gomes, Bruna Corrêa Barradas, Maria da Conceição Pereira Bugarim, buscaram discutir sobre a temática Educação para as Relações Étnico-Raciais afetará de forma positiva a vida dos negros no Brasil, torna-se necessário para o brasileiro conhecer toda a história da origem de sua cultura. No artigo **DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL**, as autoras MARIA JOSÉ POLONI, NEIDE CRISTINA DA SILVA buscou no presente trabalho tem como objeto a análise do “texto legal” em relação ao “texto real”. Esse é um estudo de cunho bibliográfico, fundamenta-se nas obras de Freire, Cury e Monteiro. Os resultados demonstram que existe uma lacuna entre o “texto legal” e o “texto real”, ampliando as desigualdades no país. No artigo **FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: RETHINK**, os autores Bárbara Fonseca Pinheiro Leão, Rodolfo Teixeira de Souza, Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior, buscaram propor uma nova ferramenta metodológica para o desenvolvimento de novos produtos, subsidiada pelo sistema de reaproveitamento de resíduos descartados, seja pela indústria ou por usuários domésticos ou também no redesign de produtos existentes. No artigo **ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO**, os autores, Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva, Francismara Neves de Oliveira, Guilherme Aparecido de Godoi, Leandro Augusto dos Reis, Luciane Batistella Guimarães Bianchini buscaram analisar as significações de alunos do ensino fundamental ii de escola estadual do município de Londrina-pr. participaram 5 alunos que cursaram o 8º ano em 2016, com histórico de reprovação, expressando sua percepção da trajetória escolar, erro e fracasso escolar. No artigo **O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA**

MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS, as autoras Mariana Tomazi e Sandra Aparecida Pires Franco buscaram promover a leitura dos professores e os educandos, possibilitando uma outra maneira de ver as obras literárias, tendo como análise as funções psíquicas superiores, em específico a memória. No artigo **LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJA DA CIDADE TIRADENTES – SP**, as autoras NEIDE CRISTINA DA SILVA, MARIA JOSE POLONI investigou e analisou se e como os estudantes autodenominados negros, na Educação de Jovens e Adultos, foram impactados pelo estudo de História e da Cultura Afro-brasileira. A problemática que estimulou esta pesquisa foi a visão negativa que esses estudantes, formam de si e dos seus pares, em decorrência da desvalorização da sua origem e cultura. No artigo **O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO FACEBOOK**, os autores Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva, Gyovanna Gomes Silva Germano e Bruno Silva de Oliveira buscam analisar dos neologismos presentes em publicações dos usuários da rede social Facebook. A coleta das palavras foi feita através da análise diária das publicações, nas quais se procurava verificar o entendimento de todos os indivíduos que interagem entre si utilizando palavras não-dicionarizadas. No artigo **O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA**, os autores Deyvid Leite Lobo, Kaliane, Espanavelli Lobo e Bruno Pinto Soares buscam mostrar às condições socioeconômicas dos praticantes de capoeira, o que permitiu determinar o perfil global destes indivíduos e relacionar sua participação no processo de evolução da Capoeira, que por sua vez encontra-se no processo de inserção na dinâmica capitalista. A principal hipótese desta pesquisa, é que por não ser uma região tradicionalmente reconhecida pela prática da capoeira, teve condições diferentes das encontradas nos redutos tradicionais. No artigo **TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, os autores Marcus Vinícius Spolle e Analisa Zorzi buscam apresentar a metodologia e os resultados do projeto de ensino ligado ao Curso de Ciências Sociais da UFPel denominado **Transposição Didática**. Para tanto, situamos o debate sobre os conteúdos próprios da Sociologia no Ensino Médio. No artigo **O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**, os autores a Lucilene Schunck C. Pisaneschi busca estudar dentro das pesquisas relativas à organização do campo educacional brasileiro, a temática acerca da formação docente, tem assumido um papel de destaque, possivelmente, pelo fato da relação direta que se estabelece entre a qualidade da educação básica e a formação dos educadores que nela atuam. No artigo **ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO**, os autores Emanuele Tamiozzo Schmidt, Mariane Henz e Vânia Lisa Fischer Cossetin através de pesquisa institucional sobre em que medida as intuições freudianas podem contribuir para pensar a dimensão da ética e da moralidade nos processos formativos/

educacionais na contemporaneidade. No artigo **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Heitor Messias Reimão de Melo e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, os autores buscam apresentar uma análise discursiva sobre a circulação acerca do Dia Internacional da Menina. O Dia Internacional da Menina, que é comemorado no dia 11 de outubro, espalhou-se na rede social Facebook por meio de uma imagem comemorativa que retratava essa data. **No artigo IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL**: os autores: Danielly Pereira dos Santos, Ana Cristina Gomes Figueiredo, Fernando José de Sousa Borges, Cassio dos Santos Barroso, João Carlos Santos de Andrade, Karla Agda Botelho Mota, Norton Balby Pereira de Araújo, Adalberto Cunha Bandeira e Samuel de Deus da Silva abordam sobre a importância da horticultura escolar uma ação que envolve professores e estudante. A pesquisa é do tipo descritiva exploratória, com delineamento de campo e bibliográfico, o objeto da pesquisa foi a Escola Estadual Girassol Tempo Integral Denise Gomide Amui. Foi aplicado um questionário a 30 alunos devidamente elaborado. Utilizou-se o método analítico para o levantamento de dados, já a coleta de informação foram *in loco*.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO	
<i>José Orlando Schäfer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929031	
CAPÍTULO 2	16
ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS	
<i>Laiane Caroline Ortega</i>	
<i>Lílian Mara Alves Garcia</i>	
<i>Regina Maria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929032	
CAPÍTULO 3	23
A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO	
<i>Ivan de Freitas Vasconcelos Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929033	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS	
<i>Léia Adriana da Silva Santiago</i>	
<i>Marco Antônio de Carvalho</i>	
<i>Sangelita Miranda Franco Mariano</i>	
<i>Nathiele Cristine Cunha Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929034	
CAPÍTULO 5	50
A LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE	
<i>Lariane Londero Weber</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929035	
CAPÍTULO 6	60
ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS	
<i>Luana Oliveira de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929036	
CAPÍTULO 7	67
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONHECIMENTO E PRÁTICA DOCENTE	
<i>Alessandro da Silva Gomes</i>	
<i>Bruna Corrêa Barradas</i>	
<i>Maria da Conceição Pereira Bugarim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929037	

CAPÍTULO 8	83
DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL	
<i>Maria José Poloni</i>	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929038	
CAPÍTULO 9	96
FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: <i>RETHINK</i>	
<i>Bárbara Fonseca Pinheiro Leão</i>	
<i>Rodolfo Teixeira de Souza</i>	
<i>Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929039	
CAPÍTULO 10	108
ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO	
<i>Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva</i>	
<i>Francismara Neves de Oliveira</i>	
<i>Guilherme Aparecido de Godoi</i>	
<i>Leandro Augusto dos Reis</i>	
<i>Luciane Batistella Guimarães Bianchini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290310	
CAPÍTULO 11	124
O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS	
<i>Mariana Tomazi</i>	
<i>Sandra Aparecida Pires Franco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290311	
CAPÍTULO 12	130
LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJADA DA CIDADE TIRADENTES – SP	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
<i>Maria Jose Poloni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290312	
CAPÍTULO 13	143
O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO <i>FACEBOOK</i>	
<i>Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva</i>	
<i>Gyovanna Gomes Silva Germano</i>	
<i>Bruno Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290313	
CAPÍTULO 14	159
O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA	
<i>Deyvid Leite Lobo</i>	
<i>Kaliane Espanavelli Lobo</i>	
<i>Bruno Pinto Soares</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290314	

CAPÍTULO 15	170
TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	
<i>Marcus Vinícius Spolle</i>	
<i>Analisa Zorzi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290315	
CAPÍTULO 16	181
O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	
<i>Lucilene Schunck C. Pisaneschi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290316	
CAPÍTULO 17	194
ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO	
<i>Emanuele Tamiozzo Schmidt</i>	
<i>Mariane Henz</i>	
<i>Vânia Lisa Fischer Cossetin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290317	
CAPÍTULO 18	207
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Heitor Messias Reimão de Melo</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290318	
CAPÍTULO 19	218
IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Danielly Pereira dos Santos</i>	
<i>Ana Cristina Gomes Figueiredo</i>	
<i>Fernando José de Sousa Borges</i>	
<i>Cassio dos Santos Barroso</i>	
<i>João Carlos Santos de Andrade</i>	
<i>Karla Agda Botelho Mota</i>	
<i>Norton Balby Pereira de Araújo</i>	
<i>Adalberto Cunha Bandeira</i>	
<i>Samuel de Deus da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290319	
SOBRE A ORGANIZADORA	225

A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

Ivan de Freitas Vasconcelos Junior

Centro Universitário Internacional

Curitiba/PR

RESUMO: Este estudo destina-se a mostrar um panorama histórico das mulheres na busca pela igualdade de gênero no Exército Brasileiro (EB). O artigo tem como objetivos: mostrar a trajetória histórica das mulheres no Exército Brasileiro e elencar as dificuldades enfrentadas para a consolidação da igualdade de gênero dentro da instituição. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições de autores como Almeida (2015), Loiola (2009), Mathias (2005). Além disso, buscou-se dados estatísticos e informações nas páginas eletrônicas do Exército Brasileiro e do IBGE. Concluiu-se que, embora haja uma ampliação progressiva no ingresso feminino no EB, a igualdade de gênero não é verificada em sua plenitude no acesso à linha militar bélica e no serviço militar voluntário. Dessa maneira, as mudanças ocorridas na legislação não atenderam aos discursos de empoderamento feminino em sua totalidade. Visando contribuir com a discussão do tema, foram elencadas três medidas para universalizar o acesso do público feminino ao EB: 1ª – Não limitar o ingresso de mulheres na linha militar bélica somente ao curso de Material

Bélico e de Intendência, permitindo-se que elas possam se especializar nos demais cursos (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações); 2ª – Acabar com a limitação de vagas imposta ao público feminino nos concursos públicos da Academia Militar das Agulhas Negras e Escola de Sargentos de Logística; 3ª – Permitir o acesso das mulheres ao serviço militar voluntário na graduação de Soldado.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade de gênero. Mulheres. Exército Brasileiro.

ABSTRACT: This study aims to show a historical overview of women in the search for gender equality in the Brazilian Army (EB). The objective of this article is to show the historical trajectory of women in the Brazilian Army and to highlight the difficulties faced in consolidating gender equality within the institution. A bibliographical research was carried out in collections and in the internet, considering the contributions of authors such as Almeida (2015), Loiola (2009), Mathias (2005). In addition, statistical data and information were searched on the websites of the Brazilian Army and the IBGE. It was concluded that, although there is a progressive increase in the female membership in the EB, the gender equality is not fully verified in the access to the warlike military line and in the voluntary military service. In this way, the changes occurred in the legislation did

not attend the discourses of female empowerment in its totality. Aiming to contribute to the discussion of the theme, three attitudes were added to universalize the access of the female public to the EB: 1st – Do not limit the entry of women into the military line only to the course of War Material and Intendance, allowing them to specialize in the other courses (Infantry, Cavalry, Artillery, Engineering and Communications); 2nd – Ending the limitation of vacancies imposed on women in public competitions of ‘Academia Militar das Agulhas Negras’ and ‘Escola de Sargentos de Logística’; 3rd – Allow the women’s access to the voluntary military service at graduation of Soldier.

KEYWORDS: Gender equality. Women. Brazilian Army.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática o panorama histórico das mulheres na busca pela igualdade de gênero no Exército Brasileiro (EB). Nesta perspectiva, foram utilizados os seguintes questionamentos para balizar o trabalho: Como ocorreu o ingresso das mulheres no Exército Brasileiro? Quais as dificuldades encontradas pelas mulheres dentro da instituição? Quais são medidas necessárias para a consolidação da igualdade de gênero dentro do EB?

No mundo atual, é perceptível o aumento dos debates acerca da inserção feminina nas instituições públicas. Tais debates são reflexos da transformação da condição feminina ocorrida no século XX, fruto da insatisfação do papel ocupado pelas mulheres na sociedade e do feminismo, movimento que buscava “chamar atenção para a invisibilidade das mulheres e a subordinação de gênero na política internacional e na economia global” (PECEQUILO, 2016, p. 213-214).

A conquista do mercado de trabalho foi um processo lento para as mulheres e, tratando-se daquelas profissões consideradas masculinas (como é o caso das Forças Armadas – FFAA), esse processo demorou um pouco mais devido a diversos obstáculos. A profissão militar sempre foi relacionada à virilidade, isso fez com que a mulher fosse vista como um corpo estranho nesse meio e sua participação fosse considerada uma exceção temporária. Esse fato foi corroborado por Mathias (2005), ao observar que, “como agentes de conflitos, a presença da mulher é sempre apresentada pelo seu caráter excepcional, desconsiderando que sua presença nas frentes de guerra e quartéis pode mudar a natureza mesma da batalha”.

Neste contexto, o objetivo primordial deste estudo é mostrar a trajetória histórica das mulheres no Exército Brasileiro e elencar as dificuldades enfrentadas para a consolidação da igualdade de gênero na instituição?

2 | METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como

recurso metodológico e arcabouço teórico. A revisão da literatura partiu da análise de materiais publicados e artigos científicos divulgados no meio eletrônico. Para tanto, buscou-se fundamentar a pesquisa nas ideias de autores como: Almeida (2015), Lima e Tardin (2015), Loiola (2009), Mathias (2005) e Pecequilo (2016). Além disso, buscou-se informações disponíveis nas páginas eletrônicas do Exército Brasileiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, o primeiro registro de participação feminina em combate data de 1823. Trata-se de Maria Quitéria de Jesus que, naquela época, fugiu de casa disfarçada de homem quando partidários procuraram voluntários na Bahia para lutar pela independência do Brasil. Com o fim da guerra, Maria Quitéria recebeu o reconhecimento do Exército por sua bravura e heroísmo, sendo “promovida ao posto de cadete, condecorada com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, pelo Imperador D. Pedro I e reformada com o soldo de Alferes” (LOIOLA, 2009, p.13).

Apesar dos feitos de Maria Quitéria serem reconhecidos pelo Estado brasileiro, as mulheres só vieram a ingressar oficialmente nas Forças Armadas em 1943 por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Segundo o Exército Brasileiro (201-?), 73 mulheres foram enviadas para a Europa, sendo “67 delas enfermeiras hospitalares e 6 especialistas em transporte aéreo. [...] Após a Guerra, assim como o restante da FEB, as enfermeiras, em sua maioria foram condecoradas, ganharam a patente de oficial e licenciadas do serviço ativo”.

A presença feminina nas Forças Armadas só foi institucionalizada na década de 80 com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha do Brasil (em 1980) e do Corpo Feminino da Reserva da Força Aérea Brasileira (em 1982). O Exército institucionalizou o ingresso de mulheres somente em 1992 por meio de concurso público para a Escola de Administração do Exército (EsAEx), atualmente denominada de Escola de Formação Complementar (EsFCEx).

A partir desse momento, a presença feminina começou a ganhar força com a adoção de novas formas de ingresso no EB. Dessa forma, foi estabelecido o serviço militar feminino voluntário para médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras em 1996; o ingresso no Instituto Militar de Engenharia (IME) e na Escola de Saúde do Exército (EsSEEx) ambos em 1997; e o Estágio de Serviço Técnico em 1998 para profissionais de nível superior que não sejam da área de saúde.

Até esse momento as mulheres só poderiam exercer funções administrativas, porém, em 2012, a presidente Dilma sancionou a Lei nº 12.705 atendendo a uma demanda reprimida do público feminino para o ingresso na linha militar bélica do EB. Agora as mulheres podem ingressar na linha de ensino bélico da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), limitando-se

aos cursos de Intendência e Material Bélico. Vale lembrar que as mulheres ainda não podem realizar os demais cursos da linha militar bélica, ofertados pela AMAN (para formação de oficiais) e pela Escola de Sargentos das Armas – EsSA (para formação de sargentos). São eles: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações.

Embora se perceba um aumento nas formas de ingresso e na quantidade de mulheres nas FFAA (conforme Tabela 1), a quantidade de mulheres no Exército Brasileiro ainda é percentualmente mínima em relação ao efetivo total de militares. Pode-se observar esse fato através da Tabela 2, que mostra dados comparativos entre os efetivos das Forças Armadas brasileiras tomando-se como base o ano de 2014.

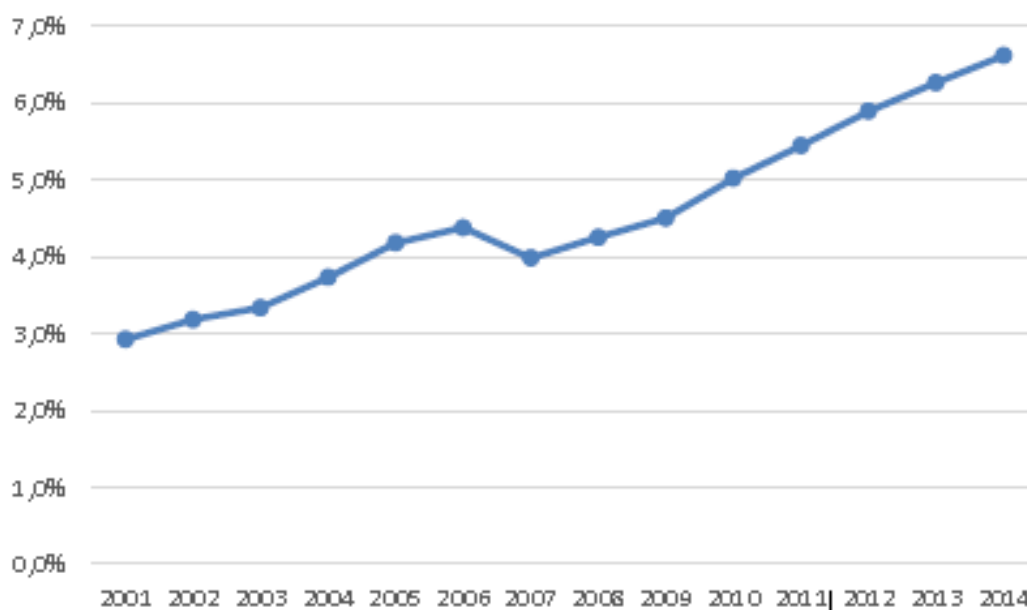


Tabela 1 – Evolução do percentual de mulheres nas FFAA brasileiras de 2001 a 2014.

Fonte: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa citado por ALMEIDA, 2015, p. 15.

Instituição	Efetivo total de militares	Efetivo de mulheres	Percentual de mulheres na instituição
Exército	186.722	6.009	3,2%
Marinha	68.604	6.922	10,08%
Aeronáutica	67.614	9.322	13,78%

Tabela 2 – Efetivo feminino nas Forças Armadas brasileiras.

Fonte: Ministério da Defesa (2014) citado por LIMA e TARDIN (2015).

Ao realizar uma consultoria para a Câmara dos Deputados nas áreas de Defesa Nacional e Segurança Pública, Almeida (2015) apontou os principais argumentos utilizados para barrar o ingresso de mulheres nas FFAA que vão desde aspectos psicológicos até questões ligadas a crimes sexuais. Da mesma forma, ele também elencou os argumentos favoráveis (ou contra-argumentos) para a ampliação do acesso feminino na linha bélica e nos conflitos armados apresentando, para tanto,

dados de pesquisas realizadas ao redor do mundo. Assim, o consultor reuniu todas essas informações e elaborou uma tabela resumida (Tabela 3) de maneira a permitir a discussão ainda mais fundamentada do tema.

TENDÊNCIAS CONTRÁRIAS	TENDÊNCIAS FAVORÁVEIS
Argumentos	Contra-argumentos
<p>Aspecto psicológico: possíveis reflexos na liderança de mulheres sobre mulheres e de mulheres sobre homens; fragilidade psicológica da mulher em situações de stress continuado ou de altas pressões.</p>	<p>Oficiais sul-americanos em curso na ECEME [Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, instituição que tem a designação para realizar pesquisas e contribuir para o desenvolvimento da doutrina militar terrestre] em 2013-2104 relataram que mulheres são empregadas em missões de caçador (sniper) com melhor desempenho que a média dos homens. Existem milhares de terroristas e guerrilheiras em movimentos diversos no mundo. A Noruega já teve uma mulher como Comandante de Submarino. Todas essas situações exigem preparação psicológica muito grande. Existem, ao mesmo tempo, inúmeras mulheres em funções de liderança em instituições civis e militares, destacando-se: as magistradas, as promotoras, as Comandantes de Unidades Policiais (como a antiga Comandante do Batalhão de Choque do DF, primeira mulher no país a concluir em 1999 um Curso de Operações Especiais), delegadas e agentes das Policiais Civis e Federais, dentre muitas outras. Os riscos de vida que todas essas mulheres correm em suas funções diuturnamente são muito grandes; as decisões que têm que tomar, muitas vezes envolvendo vidas de subordinados, de criminosos e de vítimas, são bastante complexas. E elas têm cumprido suas missões com destaque. Estudos no âmbito da psicologia apontam que as diferenças entre homens e mulheres são muito menores, no seu conjunto, do que quando se analisa cada grupo sexual individualmente. Há influências sociológicas também na criação dos estereótipos sexuais, de forma que o mais sensato seria a análise de cada caso concreto: não se pode descartar um combatente simplesmente em função do seu sexo. Suas características individuais precisam ser medidas, avaliadas e testadas, como em qualquer seleção séria.</p>
<p>Aspecto Físico: mulheres seriam naturalmente mais fracas que os homens, o que não recomendaria que as mesmas tomassem parte dos combates de maior intensidade.</p>	<p>Uma quantidade significativa de mulheres participou e participa de combates ainda hoje, de modo especial, no contexto da OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] e em países como Iraque, Afeganistão e Síria, igualmente expostas aos rigores da guerra. A distribuição das capacidades físicas de homens e mulheres segue a Curva de Bell, que retrata sobreposição nos desempenhos nos dois sexos. Isso levaria a crer, o que nos parece bastante razoável, na existência de significativo número de mulheres que atingiriam índices físicos compatíveis com a média dos homens. Pesquisas sugerem até mesmo exercícios em que as mulheres teriam maior estabilidade e maior resistência à fadiga que os homens. É preciso que se julgue caso a caso.</p>

<p>Influência na coesão da tropa: a presença feminina poderia afetar o espírito de corpo em função de ciúmes, paixões, preocupações com o “sexo frágil”.</p>	<p>Segundo a pesquisadora Emília Takahashi, depoimentos de oficiais da Academia da Força Aérea sobre a presença de mulheres dentre os cadetes de Intendência apontam para o fato de que elas elevaram o nível de participação dos demais cadetes. Não retratam nenhum problema de coesão, ao contrário, após um período curto de adaptação, as mulheres estavam igualmente integradas e apresentavam, em algumas tarefas, desempenho melhor que os homens. Estudos realizados pelo US Army Research Institute for Behavioral and Social Sciences, na década de 1970, e pelo US General Accounting Office, no que tangia à Guerra do Golfo, não apontaram qualquer alteração na coesão da tropa pela presença das mulheres.</p>
<p>Questões ligadas aos crimes sexuais: possibilidade de as mulheres serem vítimas de estupros ou de assédio sexual.</p>	<p>Já há solução para o problema. O Código Penal Militar pune o crime de estupro, na paz, com pena de reclusão de 3 a 8 anos, conforme art. 232; na guerra, com fulcro no art. 408, há mesmo a possibilidade de aplicação da pena de morte. O treinamento conjunto de homens e mulheres fará com que todos se enxerguem como militares, diminuindo o risco, que há, em verdade, em qualquer universo que congregue sexos opostos ou mesmo sexos iguais. Não se pode esquecer, da mesma forma, o alto nível de valorização, por parte das Forças Armadas brasileiras, dos princípios constitucionais da hierarquia e da disciplina. Assim, qualquer transgressão, mínima que seja, na direção de um crime sexual atinge tais valores, porque não haverá Comandante em nossas Forças a permitir que algo dessa natureza ocorra. E se ocorrer aos moldes de relatos norte-americanos, em que o próprio comandante é o agressor, sempre haverá um Comandante superior para lhe aplicar as sanções cabíveis ou lhe denunciar para a Justiça Militar.</p>
<p>Papel da mulher na sociedade: as transferências constantes, as agruras do serviço militar poderiam afetar a família na medida em que a mãe não estaria mais tão presente.</p>	<p>Argumento preconceituoso que se esquece de que a opção pela entrada nas Forças Armadas, com todas as consequências dela advindas, é exclusiva de cada mulher. A decisão de ter ou não filhos; de quando tê-los e tantas outras pertencem a cada uma delas. Se elas quiserem arriscar suas vidas em prol de sua Pátria, não poderia haver limitações a essa vocação. A Constituição Federal e os tratados internacionais a que o Brasil se obrigou sopesaram questões como essa para definir que homens e mulheres são iguais perante a lei, de forma que ambos devem suportar as agruras do combate a fim de defender a Pátria a que ambos pertencem.</p>

Tabela 3 – Tendências acerca a ampliação da presença feminina nas Forças Armadas.

Fonte: ALMEIDA, 2015, p. 33-35.

Um outro empecilho enfrentado pelas mulheres é o acesso às graduações de Cabo e Soldado dentro do Exército. Almeida (2015, p. 32) explica que, por força do § 2º do Art. 143 da Constituição Federal (CF), as mulheres são isentas de prestar serviço militar obrigatório, “mas a elas deveria ser garantido efetivamente o direito de, se quisessem, adentrar as Forças também como soldados voluntários”. O § 3º do Art. 5º do Regulamento da Lei do Serviço Militar traz a previsão do serviço militar voluntário para o público feminino, a ser regulamentado de acordo com cada Força Armada segundo critérios de conveniência e oportunidade. Ainda seguindo o raciocínio de Almeida, o que ocorre é que as FFAA têm limitado o acesso das mulheres, por meio do serviço militar voluntário, nas graduações de Cabo e Soldado. No Exército

Brasileiro, por exemplo, só há a possibilidade de ingresso na graduação de Cabo Especialista Temporário.

Das informações apresentadas até o momento, verifica-se que:

a) Do ponto de vista salarial, não há diferenciação entre o segmento masculino e feminino, pois o pagamento do soldo se baseia no posto ou graduação do militar (indiferente de sexo);

b) Do ponto de vista da carreira administrativa, também não há diferenciação de ingresso na carreira militar, pois homens e mulheres disputam a mesma quantidade de vagas independente de sexo, sejam essas vagas de caráter temporário ou carreira;

c) Do ponto de vista da carreira operacional, as mulheres encontram dificuldades no ingresso no EB. Somente são disponibilizadas vagas nos cursos de Intendência e Material Bélico para as escolas militares de carreira: AMAN (para formação de oficiais) e EsSLog (para formação de sargentos);

d) Quanto ao ingresso da mulher por meio da prestação do serviço militar, a situação fica mais alarmante ainda, pois atualmente seu ingresso limita-se à graduação de Cabo Especialista Temporário, para isso, é necessário que possuam algum curso técnico ou profissionalizante.

Percebe-se, portanto, que é preciso repensar essa problemática. Privar as mulheres de ingressar na “carreira das armas” em iguais condições que os homens é violar o princípio constitucional da igualdade. Vale lembrar o que diz a Constituição Federal a respeito desse princípio:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (BRASIL. Constituição Federal, 1988)

Por se tratar de um direito individual e fundamental aos brasileiros, Almeida (2015, p. 4), afirma que “esse comando constitucional de igualdade é tão caro à República que foi alçado ao nível de cláusula pétrea, não podendo ser atingido por qualquer proposta tendente a sua abolição (Art. 60, § 4º, CF 1988)”.

O presente estudo, portanto, entende que as aspirações das mulheres por espaços mais amplos no EB são absolutamente legítimas. Entende-se que as mulheres têm condições suficientes para abraçar a “carreira das armas” e que o caminho para efetivação da igualdade de gênero dentro do EB passa pela valorização do desempenho do profissional em detrimento do sexo. Se a mulher consegue suportar as adversidades da caserna e, ao mesmo tempo, desempenha suas funções em alto nível, não há que limitar sua atuação nem impedi-la de entrar para a linha militar bélica da Força Terrestre. Nesse contexto, a capacidade combativa do EB em nenhum momento seria diminuída ou prejudicada por uma “suposta fragilidade feminina”.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativo ao ano de 2015, a população brasileira é composta por 51,48% de mulheres, isto é, mais da metade dos brasileiros (IBGE, 2015). A admissão da mulher sem quaisquer restrições é fundamental para se mudar o atual paradigma da sociedade brasileira. Dessa forma, aproveitar-se-ia as inteligências e competências de praticamente metade da população brasileira, que ainda se encontra impedida de ingressar no EB.

Portanto, para a igualdade de gênero ganhar força no EB, faz-se necessário a tomada das seguintes medidas:

1. Acabar com a limitação de vagas imposta ao público feminino nos concursos públicos da linha militar bélica, assim como, não fixar o ingresso das mulheres somente aos cursos de Material Bélico e de Intendência. Isso possibilitaria a especialização nas demais áreas da carreira militar (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações) e estimularia a ampla concorrência.
2. Permitir o acesso das mulheres ao Serviço Militar Voluntário na graduação de Soldado.

Com a adoção dessas medidas, os entraves colocados em torno da igualdade de gêneros no Exército seriam praticamente anulados. Cada vez mais mulheres ingressariam no EB e, em tese, mais delas alcançariam os altos postos de comando. A vocação militar está distribuída igualmente entre os brasileiros, independente do sexo do cidadão. Se hoje existe discussão em torno desse tema é porque as mulheres brasileiras desejam contribuir com a Defesa de Pátria em maior grau do que o Estado brasileiro lhe permite. Faz-se necessário, portanto, dar-lhes a chance de provar seu espírito de liderança e de poder de combate.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a participação feminina nas FFAA remonta aos idos de 1823 quando Maria Quitéria, disfarçada de homem, ajudou os brasileiros na luta pela independência do Brasil. No entanto, foi somente em 1992 que o Exército institucionalizou o ingresso de mulheres por meio de concurso público para a então Escola de Administração do Exército, atualmente denominada Escola de Formação Complementar.

A ampliação progressiva feminina no EB, não é sinônimo de acesso a todas possibilidades que a carreira oferece. Vale lembrar que o público feminino ainda tem seu ingresso limitado na linha militar bélica e no serviço militar voluntário. As mudanças ocorridas na legislação não atenderam aos discursos de empoderamento feminino em sua totalidade.

O simples aumento na quantidade de mulheres não garantirá progressos nas perspectivas da igualdade de gênero. Trata-se de um processo lento e exige um repensar das relações entre homens e mulheres dentro dos quartéis que, conforme visto ao longo do trabalho, é totalmente viável já que as mulheres têm as condições

físicas e psicológicas suficientes para liderar tropas em combate. O que deve se feito, portanto, é dar uma chance para que elas provem seu valor e que os critérios de avaliação valorizem o desempenho, independente do sexo.

A Força Terrestre veio se adaptando às aspirações da sociedade ao longo dos anos. Surgem agora outras demandas que, mais cedo ou mais tarde, implicarão em transformações nos regulamentos do EB. Não é uma solução simples, mas as mulheres continuam empenhadas na discussão do tema e sociedade brasileira acompanha de perto as implicações desse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas brasileiras**: situação atual e perspectivas futuras. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2015. 47p. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema21/2015_291_estudo-sobre-mulheres-nas-forcas-armadas-vitor-hugo>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **A história da mulher no Exército**. [201-?] Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?inheritRedirect=false>. Acesso em: 26 out. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Porcentagem de homens e mulheres (2015)**. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 28 out. 2017.

LIMA, Lana Lage da Gama; TARDIN, Elaine Borges. **A mulher militar brasileira no século XXI**: antigos paradigmas, novos desafios. Revista Ágora (Vitória), v. 22, p. 70-82, 2015.

LOIOLA, Gelson. As mulheres no Quadro Combatente da PMES: 25 anos de Participação.

Revista Preleção – Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – Assuntos de Segurança Pública. Ano III, n. 5, abr. 2009. Vitória: PMES/DEI, 2009.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **As mulheres chegam aos quartéis**: gênero e forças armadas no Cone Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das relações internacionais**: o mapa do caminho – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-208-1



9 788572 472081